

CADERNOS CEPEC

ECONOMIA DA AMAZÔNIA



Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará

Periodicidade Semestral – Volume 14 – N° 03 – julho/dezembro de 2025

Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Vice-reitora: Loiane Prado Verbicaro

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Armando Lírio de Souza

Vice-diretor: Paulo Moreira Pinto

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Economia

Márcia Jucá Teixeira Diniz

Vice coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

Cláudio Alberto Castelo Branco Puty

Editores

Douglas Alencar

Daniel Nogueira

Secretaria Editorial

Andressa Magalhães Lima
Arleson Eduardo Monte Palma Lopes

Assistente Editorial

Roberto Felipe Tobias Ribeiro
Aline Christinny Tavares Oliveira
Márcio Alan de Carvalho Freitas Júnior
Maria Elvira Rodrigues Coelho

Projeto gráfico

Ana Clara Pinto Pereira

Conselho Editorial

Ana Elizabeth Neirão Reymão	Eleutério Prado
Eliane Cristina Araujo	Frederico Gonzaga Jayme Junior
Esther Dweck	Francisco de Sousa Ramos
Laura Carvalho	João Prates Romero
Luana Passos de Souza	Luiz Carlos de Santana Ribeiro
Fernanda Oliveira Ultremare	Louis-Philippe Rochon
Marília Bassetti Marcato	Miguel Torres
Márcia Jucá Teixeira Diniz	Sergio Fornazier Meyrelles Filho
Márcia Siqueira Rapini	Hugo Carcanholo Iasco Pereira
	Wallace Marcelino Pereira



Apresentação

Douglas Alencar

Daniel Nogueira

O primeiro artigo desta edição, intitulado “Produção agropecuária (agrícola) e PIB versus desmatamento: Análise de tendência, cointegração e causalidade no estado do Pará (2004-2019)”, de Geovane Vinhote Pereira e Abner Vilhena de Carvalho, investiga a relação entre a expansão da atividade agropecuária e o desmatamento no estado do Pará ao longo do período de 2004 a 2019. A partir de uma revisão bibliográfica e da aplicação de modelagem econômética em séries temporais, os autores analisam tendências, cointegração e causalidade entre a taxa de desmatamento, as áreas plantadas de soja e milho, e o Produto Interno Bruto estadual. Os resultados mostram que todas as séries apresentam tendência crescente, com evidências de cointegração entre soja e desmatamento, bem como entre PIB e desmatamento, além de indicar causalidade bidirecional entre PIB e desmatamento em até seis defasagens. O estudo contribui para o debate sobre os fatores determinantes do desmatamento na Amazônia, oferecendo subsídios importantes para a formulação de políticas públicas que conciliam desenvolvimento agropecuário e sustentabilidade ambiental.

O segundo artigo desta edição, intitulado “Implementação do Open Banking no Brasil sob a ótica institucionalista e keynesiana”, de João Pereira Santos, Vitor Samuel Moraes Santos, Marcela Paz da Silva Enriquez e Heitor Silva Passos Neto, analisa a implantação do open banking no Sistema Financeiro Nacional (SFN) brasileiro, enfocando as transformações institucionais e econômicas decorrentes dessa inovação. A partir de uma perspectiva combinada das teorias institucionalista e keynesiana, os autores investigam como o compartilhamento padronizado de dados financeiros entre organizações reguladas e a utilização de novas tecnologias impactam a eficiência, a competitividade e a redução de custos de transação no setor bancário. Os resultados demonstram que, apesar do potencial de modernização e de maior integração dos serviços financeiros, o *open banking* ainda enfrenta barreiras burocráticas e sociais que limitam a mensuração de impactos positivos significativos para as instituições. O estudo contribui para o debate sobre a evolução do sistema financeiro brasileiro, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a implementação de políticas e estratégias que promovam a inovação, a transparência e a eficiência no setor.

O terceiro artigo desta edição, intitulado “As idas e vindas de uma economia camponesa substantiva: da desintegração à recampesinização”, de Sebastião Novais Sousa Crispim e Cleidianne Novais Sousa Crispim, analisa a persistência e o desenvolvimento das economias camponesas no contexto global e brasileiro contemporâneo. A partir de uma abordagem teórico-conceitual, os autores articulam o debate clássico marxista sobre a desintegração do campesinato com as contribuições de Chayanov, Polanyi e Van der Ploeg, destacando a recampesinização como expressão da resiliência e da capacidade adaptativa dessas estruturas sociais. O estudo evidencia que a agricultura familiar e as práticas camponesas continuam sendo centrais para a produção de alimentos e para a organização econômica no agrário, por meio de estratégias de coprodução, pluriatividade e cooperação local. Ao resgatar a relevância das economias camponesas frente ao avanço capitalista, o artigo contribui para o debate sobre formas alternativas de organização econômica, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para compreender a dinâmica da economia substantiva no século XXI.

O quarto artigo desta edição, intitulado “O restaurante popular como uma estratégia para a segurança alimentar no município de Parauapebas/PA”, de Andressa Oliveira Soares, Tiago Soares Barcelos, Poliana Ferreira da Costa e Tatiane Lopes Duarte, analisa a importância dos restaurantes populares como instrumento de combate à fome e promoção da segurança alimentar em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. A partir de uma abordagem exploratória, documental e analítico-interpretativa, os autores propõem uma política pública inclusiva voltada para o município de Parauapebas, destacando como essa iniciativa pode gerar efeitos positivos em cadeia, beneficiando desde a agricultura familiar até os indivíduos em situação de maior vulnerabilidade. O estudo evidencia que, apesar da presença de atividades econômicas robustas, como a mineração, a população ainda enfrenta desigualdades e desafios relacionados ao acesso a alimentos de qualidade. Nesse sentido, a implementação de restaurantes populares surge como uma estratégia eficaz para garantir alimentação nutritiva, acessível e adequada, fortalecendo a inclusão social e a cidadania local.

O quinto artigo desta edição, intitulado “Amazônia, desenvolvimento rural e crise agrícola-econômico-ecológica: entre a acumulação do capital e a manutenção da floresta e seus povos”, de Silvio Kanner Farias e Gilson da Silva Costa, analisa as complexas relações entre desenvolvimento rural, capital e preservação ambiental na Amazônia. A partir de um estudo comparativo nos municípios de Paragominas, Cametá e Tomé Açu, os autores exploram três trajetórias de produção rural: a agricultura convencional moderna, o agroextrativismo e sistemas agroflorestais, destacando os impactos econômicos, sociais e ecológicos de cada modelo. O artigo evidencia o dilema central da região entre maximizar a acumulação de capital e assegurar a conservação da floresta e a qualidade de vida das populações locais, incluindo a agricultura familiar e as comunidades tradicionais. Por meio de uma

abordagem histórica, social e econômica, o estudo discute os desafios estruturais e as possibilidades de um desenvolvimento rural sustentável, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas que conciliam produtividade, justiça social e preservação ambiental na Amazônia.

O sexto artigo desta edição, intitulado “Perfil socioeconômico dos produtores de farinha de mandioca na região de indicação geográfica da farinha de Bragança”, de Luiz Augusto dos Santos Pereira Filho, Ricardo Theophilo Folhes e Josinaldo Reis do Nascimento, examina as características socioeconômicas dos produtores certificados e não certificados da Indicação Geográfica (IG) da Farinha de Bragança, na microrregião Bragantina, no Pará. A partir de uma abordagem mista, o estudo analisou 21 produtores, identificando diferenças significativas em termos de diversificação produtiva, acesso a mercados, renda e estratégias de pluriatividade. O artigo evidencia a importância da agricultura familiar e do saber tradicional na consolidação da produção de farinha de mandioca como um patrimônio cultural, econômico e social da região. Além disso, aponta a necessidade de políticas públicas que ampliem o acesso à certificação, promovam melhorias estruturais nas casas de farinha e fortaleçam a cadeia produtiva, garantindo o desenvolvimento rural sustentável, a preservação da identidade local e a inclusão social das comunidades envolvidas.

O sétimo artigo, intitulado “A ética econômica em Marx construída a partir de uma crítica à ética smithiana”, de Alexandre Lyra Martins, propõe um exercício analítico para delinear a concepção de ética econômica em Marx a partir de sua crítica à ética de Adam Smith. Inicialmente, o estudo sintetiza a Teoria dos Sentimentos Morais de Smith, destacando seus pressupostos sobre comportamento social e moral, e em seguida apresenta a crítica marxiana, fundamentada na perspectiva materialista dialética. O artigo evidencia como a moral econômica em Marx pode ser compreendida a partir da análise dos processos produtivos, da construção ideológica e da lógica de classe, oferecendo contribuições adicionais aos estudos que abordam a ética marxista exclusivamente com base nas obras do próprio autor. O trabalho reforça a importância de situar a crítica marxiana no contexto histórico das concepções econômicas clássicas, permitindo compreender as tensões entre moral, economia e racionalidade social no capitalismo.

O oitavo artigo, intitulado “Controvérsias das políticas desenvolvimentistas implementadas na Amazônia”, de Arleson Eduardo Monte Palma Lopes, Ubiranilson Santos de Oliveira, Iná Camila Ramos Favacho de Miranda e Oriana Trindade de Almeida, analisa criticamente as controvérsias geradas pelas políticas de desenvolvimento implementadas na Amazônia, desde o período colonial até os Grandes Projetos Econômicos contemporâneos. A partir de uma perspectiva dialético-histórica, os autores mostram como a lógica centro-periferia e o discurso de modernidade estruturaram políticas voltadas à exploração de recursos naturais, frequentemente em detrimento das populações locais e da

sustentabilidade socioambiental. O estudo destaca a repetição histórica da colonialidade, marcada pelo extrativismo predatório, pela desterritorialização de povos indígenas e pela mercantilização da floresta, enfatizando a necessidade de reconhecer a diversidade amazônica e integrar saberes locais às políticas de desenvolvimento. Conclui-se que o desafio atual é articular estratégias de desenvolvimento que conciliem geração de renda, preservação ambiental e valorização cultural, promovendo uma abordagem decolonial na gestão do território amazônico.

O nono artigo, “Uma Breve Interpretação das Diferentes Reações de Japão e China, a Partir do Século XIX”, de Eduardo Strachman, examina os fatores históricos, culturais e institucionais que explicam as respostas contrastantes de China e Japão ao avanço ocidental a partir do século XIX. Enquanto a China, sustentada por um vasto território, autossuficiência econômica e tradição de centralidade civilizacional, subestimou os riscos representados pelas potências industrializadas, resultando em respostas tardias e ineficazes, o Japão reagiu rapidamente após a chegada do Comodoro Perry em 1853. Através da Revolução Meiji, o Japão promoveu reformas políticas, industriais e militares que anteciparam sua industrialização em quase um século em relação à China. O estudo destaca a importância das decisões políticas, percepções culturais e estruturas institucionais na definição de trajetórias de desenvolvimento, ilustrando como a agilidade institucional e a percepção de ameaça externa podem alterar o equilíbrio regional e moldar a modernização de uma nação.

O décimo artigo, “A Teoria Monetária Moderna Aplicada ao Caso Japonês”, de Vanessa da Costa Val Munhoz e José Garcia da Silva Neto, investiga a aplicabilidade da Teoria Monetária Moderna (MMT) à economia japonesa, destacada por possuir a maior dívida pública mundial, juros persistentemente baixos e inflação mínima. O estudo questiona por que o Japão consegue sustentar déficits fiscais elevados sem sofrer as consequências previstas pelo paradigma macroeconômico convencional. A análise evidencia que, embora o Japão não seja um modelo pleno de aplicação da MMT, suas políticas fiscais e monetárias, ao longo das últimas décadas, refletem aspectos coerentes com a teoria, revelando limitações do modelo econômico dominante em explicar cenários de déficits contínuos e estabilidade macroeconômica. O artigo conclui que a MMT oferece uma lente interpretativa útil para compreender as singularidades japonesas, permitindo repensar a função da moeda, os gastos públicos e a gestão econômica frente a desafios estruturais e sociais contemporâneos.

O décimo primeiro artigo, “Monetary Policy Effects on Gender and Racial Inequality: A Survey of the Empirical Literature”, de Rafael Caminha Pahim e Sylvio Antonio Kappes, realiza uma revisão sistemática da literatura empírica sobre os impactos distributivos da política monetária em gênero e raça. A pesquisa identifica efeitos assimétricos: minorias raciais mostram maior sensibilidade a choques nas taxas de juros, enquanto, no caso do gênero, os resultados para o mercado de trabalho são mistos, mas

mais consistentes para a distribuição de riqueza. O estudo destaca que a literatura sobre desigualdades específicas por raça e gênero ainda é limitada e enfatiza a necessidade de pesquisas adicionais para orientar formuladores de políticas e banqueiros centrais, visando avaliar melhor como medidas monetárias influenciam disparidades socioeconômicas. O artigo contribui com um mapeamento detalhado das estratégias empíricas adotadas e dos resultados encontrados, ressaltando lacunas importantes na análise dos efeitos distributivos da política monetária.

E por fim, o décimo segundo artigo, “Da pandemia à guerra: choques globais e a dinâmica inflacionária recente”, de Raphael Rocha Lima, Sarah Regina Nascimento Pessoa e Sylvio Antonio Kappes, analisa as dinâmicas inflacionárias globais no período pós-2020, destacando a pandemia de COVID-19 e a guerra Rússia-Ucrânia como choques centrais. A pesquisa combina revisão de literatura econômica com análise de dados secundários de organismos internacionais e bancos centrais. Os autores argumentam que esses eventos não geraram apenas pressões temporárias de preços, mas evidenciaram vulnerabilidades estruturais preexistentes no sistema econômico, especialmente nas economias em desenvolvimento. A investigação mostra como mudanças na composição da demanda, disruptões nas cadeias globais de suprimento e choques geopolíticos afetaram os preços de energia, alimentos e insumos, levando a níveis inflacionários inéditos em várias regiões. O estudo também questiona a capacidade de modelos macroeconômicos tradicionais, como a curva de Phillips, de explicar a complexidade e a persistência do processo inflacionário recente, enfatizando a necessidade de análises mais amplas que considerem fatores estruturais e globais.